

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 386/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2022

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços visando a disponibilização de equipe de apoio, para eventos municipais.

- **CREDENCIAMENTO:** dia 13/05/2022 até às 08h50.
- ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: dia 13/05/2022 às 09h (Nove Horas).
- ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO: dia 13/05/2022 às 09h (Nove Horas).

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficará prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

• CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

na internet, no site <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u> ou na Prefeitura de Cambuí na sala da Comissão Permanente de Licitação, à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – Centro – Cambuí – Minas Gerais.

• ESCLARECIMENTOS:

e-mail: <u>licitações@prefeituradecambui.mg.gov.br</u>

fac-símile (35) 3431-6249 Telefone (35) 3431-1167

ou na sala da Comissão Permanente de Licitação.

• REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

PREAMBULO

A Prefeitura Municipal de Cambuí, com endereço à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 - Centro, Cambuí, Minas Gerais, CEP 37.600-000 inscrita no CNPJ sob o Nº. 18.675.975/0001-85, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório Nº. 386/2022, na modalidade Pregão Presencial Nº. 047/2022, do tipo menor preço, para Registro de Preços, regido pela Lei Federal Nº. 10.520/2002, Lei Federal Nº. 8.666/1993, Decretos Municipais Nº. 093/2006 e 131/2003 e demais condições fixadas neste edital.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1 O Pregão será realizado em sessão pública, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cambuí localizada a Praça Coronel Justiniano Nº. 164 Centro Cambuí Minas Gerais.
- 2 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira da Prefeitura de Cambuí Sra. Adriana Cristina Moura e a equipe de apoio será integrada pelos servidores Sr. Flávio José Gallerani Ribeiro, Sra. Alexsandra Mirian Fuchiue e Sr. Marcos Yuji Motooka, todos regularmente designados pela Portaria Nº 043/2022.

II - OBJETO

1 – Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços visando a disponibilização de equipe de apoio, para eventos municipais, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

III - ÁREA SOLICITANTE



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Secretaria de Governo e Cultura.

IV - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 1 Cópia deste edital encontra-se disponível na internet, no site www.prefeituradecambui.mg.gov.br e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada (andar térreo) da Sede da Prefeitura Municipal de Cambuí, ou, ainda, poderá ser obtida na sala da Comissão Permanente de Licitação, no 2º andar da Prefeitura, no horário das 08 às 16 horas, ao custo da taxa de expediente, referente às cópias reprográficas.
- 2 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site* www.prefeituradecambui.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial "Minas Gerais", quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
- 3 Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o *e-mail <u>www.prefeituradecambui.mg.gov.br</u>*, via fac-símile (35) 3431-6249, ou ainda, para a sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante à fl. 1 deste edital.
 - 3.1 Todas as respostas às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail* / fax e disponibilizadas no *site* www.prefeituradecambui.mg.gov.br, ficando acessíveis a todos os interessados.
- 4 No site serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consulta-lo com frequência.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 5 Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, protocolizadas na Procuradoria Geral da Prefeitura de Cambuí, à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 Centro, 1º Andar, Cambuí, Minas Gerais, CEP: 37.600-000, a partir da publicação do aviso do edital até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas à Pregoeira, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 5.1 A Prefeitura não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.
- 5.2 A decisão da pregoeira será enviada ao impugnante via fac-símile ou e-mail, e será divulgada no site da prefeitura para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, previamente credenciadas.
- 1.1 No ato do credenciamento as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:
 - Instrumento público de procuração, ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente (conforme o caso);
 - Cópia do estatuto, contrato social ou documento equivalente;
 - Documento de identidade com foto.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- Declaração de não ocorrência de fato impeditivo;
- Caso a empresa queira fazer uso dos ditames da LC 123/06 deverá apresentar declaração de enquadramento como ME/EPP acompanhada de Certidão Simplificada da Junta Comercial emitida no corrente ano.
- 2 Para prestação de serviços o licitante deverá obrigatoriamente possuir oficina mecânica situada em um raio de até 70 km da sede da Prefeitura de Cambuí, para a execução do serviço.
- 3 Não poderá participar da presente licitação empresa:
 - 3.1 suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Cambuí MG;
 - 3.2 declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
 - 3.3 impedida de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais;
 - 3.4 em consórcio;
 - 3.5 com falência decretada;
 - 3.6 Impedidas de contratar com o município com fulcro no Art. 40 da Lei Orgânica Municipal.
- 4 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

VI - PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE N.º 1

- 6.1 A proposta deverá conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste edital e anexos, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:
 - a) estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada a última folha e rubricada as demais;
 - b) a razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber os seus créditos;
 - c) número do Edital do Pregão e do Processo Licitatório;
 - d) descrição e valor do serviço.
 - e) prazo de validade da proposta que deverá ser de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;
 - f) declaração expressa de estarem incluídos nos preços propostos todos os impostos, taxas e encargos devidos, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na entrega do objeto deste edital;
 - g) o nome e a qualificação do preposto autorizado a representar a empresa e firmar contrato, ou seja, nome completo, endereço, CPF, carteira de identidade, estado civil, nacionalidade e profissão, informado ainda qual o



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

h) prazo para atender Ordem de Serviço não superior a 05 (cinco) dias.

Parágrafo único: A proposta também poderá ser elaborada no Anexo IV do presente instrumento editalício.

- 6.2 A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito a pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
- 6.3 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4 Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Cambuí, tais como fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.
- 6.5 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 6.6 Na fase de disputa o lance ofertado deverá ser obrigatoriamente de número inteiro.
- 6.7 A rigor do art. 44 da LC 123/06, será assegurado como critério de desempate, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

6.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço. Ocorrendo a situação de empate proceder-se-á conforme previsto na LC 123/06.

VII - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o maior desconto percentual por hora.
- 7.2 Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço, e às licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou ainda, não havendo pelo menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4°, da Lei Federal N° 10.520/02.
- 7.3 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes neste edital e na legislação.
- 7.4 Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário.
- 7.5 A pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.6 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado, com base nos dados cadastrais, bem como documentação apresentada na própria sessão.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 7.7 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste edital, pela pregoeira.
- 7.8 Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências editalícias, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda todas as exigências editalícias, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido no objeto deste edital.
- 7.9 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pela pregoeira e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar ainda as assinaturas da equipe de apoio, sendo-lhe facultado este direito.
- 7.10 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada.
- 7.11 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.12 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital.
- 7.13 A desistência, pela licitante, de apresentar lance verbal, quando convocada pela pregoeira, implicará na exclusão daquela da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

VIII - DOCUMENTAÇÃO - (ENVELOPE N.º 2)

8.1 – O envelope n.º 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos:

8.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Cédula de Identidade e CPF no caso de empresa individual;
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, alterações caso houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 8.1.1, deste subitem;
- Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2 - REGULARIDADE FISCAL



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- prova de inscrição na Fazenda Municipal da sede do licitante (preferencialmente Alvará 2022);
- prova de inscrição na Fazenda Estadual da sede do licitante;
- certidão de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, comprovando a regularidade com o INSS.
- certidão de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- certidão de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;
- certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 30 (trinta) dias contados da data prevista para entrega das propostas.
- CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS a rigor da Lei 12.440/2011.

8.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.1.4 - OUTROS DOCUMENTOS

- Declaração de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (Anexo II);
- 8.2 Caso ocorra à participação de Microempresas ou Empresas de pequeno porte, deverá ser observado o seguinte:
 - 8.2.1 As licitantes que se declararem microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006, juntamente com a documentação relativa à habilitação, de acordo com modelo contido no Anexo IV, não poderão ser inabilitadas em razão de irregularidades quanto aos documentos fiscais apresentados.
 - 8.2.2 Havendo alguma irregularidade no documento fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Cambuí, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, desde que observado o item anterior.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 8.2.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Prefeitura Municipal de Cambuí convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 8.3 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou, ainda, por cópias não autenticadas, desde que sejam os originais para conferência pela pregoeira. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas por parte da pregoeira.

IX - DOS RECURSOS

- 9.1 Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será dado o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela pregoeira à vencedora.
- 9.3 Qualquer recurso de impugnação contra a decisão da pregoeira terá efeito suspensivo.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 9.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Cambuí MG.

X - OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

- 1. Prestar os serviços em estrita conformidade com a legislação vigente, atendendo as determinações da Secretaria de Governo, durante a execução dos serviços.
- 2. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 3. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com pessoal, envolvidas na execução do presente contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 4. Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.
- 5. Arcar com todas as despesas resultantes de sentenças judiciais e honorários advocatícios que a Prefeitura for condenada a indenizar visando futura contratação.
- 6. Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 7. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.
- 8. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante;
- 9. Indicar à Prefeitura Municipal de Cambuí, preposto com competência para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
- 10. Trabalhar com pessoal, treinado e qualificado, devidamente uniformizado e com rádios comunicadores.

XI. DAS MULTAS

A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com Órgão Público e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Cambuí Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30o (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.
- III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela PREFEITURA. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

XII - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 12.1 Os valores propostos pelo licitante poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei 8.666/93;
 - 12.1.1 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.
 - 12.1.2 A solicitação deverá vir acompanha de Nota Fiscal anterior a data da licitação, porém próxima, e uma Nota Fiscal atual, sendo que todos os documentos deverão ser protocolados na Procuradoria do Municipal.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

12.1.2.1 - Todas as Ordens de Fornecimento emitidas antes da data de protocolo da solicitação de reajuste deverão ser executadas no valor anterior, valendo o valor pleiteado somente para as Ordens de Fornecimento futuras.

XIII - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas serão indicados no momento da contratação dos serviços.

XIV- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1 Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, a Prefeitura de Cambuí convocará os proponentes classificados para, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.
- 14.2 O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pela Prefeitura de Cambuí.
- 14.3 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.
- 14.4 A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pela Prefeitura, que poderá, também, realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 14.4.1 Terá preferência na contratação, o beneficiário cuja oferta esteja em igualdade de condições ou o seu valor for menor que o valor obtido em licitação específica.
- 14.5 O departamento de transportes da Prefeitura efetuará pesquisa de preços de mercado, trimestralmente, promovendo os reajustes, a pedido do fornecedor, providenciando as negociações necessárias ao ajustamento dos mesmos.
- 14.6 Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.
- 14.7 O fornecedor poderá requerer à Coordenadoria de Área de Transportes da Prefeitura de Cambuí, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória.
 - 14.7.1 Nessa hipótese, havendo aprovação para o cancelamento do registro, não se aplicará penalidade.
- 14.8 Cancelado o registro, nos termos do item 7, a Prefeitura poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 14.9 O gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá aos ordenadores de despesa.
- 14.10 Os gestores da ata deverão realizar o controle dos serviços executados, a fim de que não se exceda o limite estimado de contratação.

XV - FISCALIZAÇÃO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 15.1 A Prefeitura Municipal de Cambuí, através do Departamento Municipal de Transportes, exercerá a fiscalização do serviço e do fornecimento, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Cambuí em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto pactuado.
- 15.3 O respectivo Ordenador de Despesa designará um servidor para acompanhamento e fiscalização dos serviços.
- 15.4 A licitante vencedora obriga-se executar o objeto a que se refere esta licitação, de acordo estritamente com as especificações descritas neste instrumento, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.
- 15.5 Os serviços serão pagos em conformidade com a quantidade de horas estipuladas na tabela tempária do SINDIREPA ou apontadas pelo fiscalizador.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

A empresa contratada para prestação do serviço, objeto do presente edital obrigar-se-á a:

16.1. As manutenções corretivas e instalações deverão ser executadas em caráter prioritário, iniciando o atendimento da Ordem de Fornecimento (O.F.), no prazo máximo de 05 (cinco) dias.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 16.1.1 As manutenções preventivas deverão ser previamente agendadas nos setores.
- 16.2. Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação a contento do objeto deste instrumento.
- 16.3. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução dos serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício com a Licitadora.
- 16.4. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da execução do serviço, objeto deste instrumento.
- 16.5. O respectivo Ordenador de Despesa da Prefeitura notificará a firma contratada para reparar o dano causado, no prazo que fixar.
- 16.6. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 16.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões até o limite fixado no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

XVII - PAGAMENTO

- Os pagamentos serão efetuados, mediante autorização do Ordenador de Despesa;
- 2. O pagamento somente será efetuado pela licitadora mediante a apresentação das Notas Fiscais/Faturas, pelos serviços prestados e devidamente atestados pelo



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

responsável da Unidade recebedora do serviço, através cheque nominal à licitante/contratada, equivalente às medições efetuadas.

- 3. a licitadora disporá do prazo de 3 (três) dias úteis para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;
- 4. a licitadora disporá de um prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do atesto da respectiva nota fiscal/fatura para efetuar o (s) pagamento (s);
- 5. a licitadora não fará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada;
- 6. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a licitante vencedora deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Cambuí, CNPJ N. º 18.675.975/0001-85, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.
- 7. A nota fiscal correspondente, deverá ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Prefeitura Municipal de Cambuí, que somente atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 8. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Cambuí e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Cambuí.

CAMBU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

PARÁGRAFO ÚNICO – Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada Ordem de Fornecimento, devendo a nota fiscal ser do tipo eletrônica.

XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. A Prefeitura Municipal de Cambuí poderá cancelar de pleno direito à nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato de fornecimento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:
 - a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
 - b) for envolvida em escândalo público e notório;
 - c) quebrar o sigilo profissional;
 - d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Cambuí;
 - e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.
- 2. A Prefeitura Municipal de Cambuí poderá, por despacho fundamentado da pregoeira e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 3. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito da pregoeira, devidamente fundamentado.
 - 3.1. A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.
- 5. A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 6. Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de máfé, a Prefeitura Municipal de Cambuí comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- 7. É facultado a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

- 8. A proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.
- 9. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Cambuí MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10. Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital, deverá ser encaminhado por escrito aa pregoeira, no Setor de Licitações.
- 11. A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12. Os casos omissos serão dirimidos pela pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.
- 13. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo III – Não ocorrência de fato impeditivo

Anexo IV - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo V - Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP;

Anexo VI - Minuta da ata de registro de preços.

Cambuí/MG, 29 de abril de 2022.



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Sra. Adriana Cristina Moura Pregoeira

Sr. Flávio José Gallerani Ribeiro Equipe de apoio

Sra. Alexsandra Mirian Fuchiue Equipe de Apoio

Sr. Marcos Yuji Motooka Equipe de apoio De acordo:

Leandro Fabrício da Rosa Controle Interno



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de preços visando a futura contratação de equipe de apoio para eventos.

JUSTIFICATIVA:

A Administração necessita viabilizar a contratação de empresa para prestação de serviços de equipe de apoio, para eventos municipais, os quais serão responsável por controle de entrada, controle de brigas no espaço do evento comunicando as ocorrências diretamente a policia e aos organizadores, auxílio à evacuação do espaço, dentre outras.

GESTÃO:

A gestão do presente contrato será feita pelo servidor municipal Sr. João Batista Eiras Sobrinho.

ESTIMATIVA

Considerando que estão retomando os eventos, não é possível precisar com exatidão a quantidade a ser contratada, sendo assim fica estimada a necessidade de contratação de 5.000 diárias.

DESCRIÇÃO DETALHADA

EQUIPE DE APOIO

Disponibilização de profissionais (feminino e masculino), treinados, qualificados e desarmados, sendo que os mesmos serão distribuídos nos acessos dos locais onde forem realizados os eventos municipais, apoio a Policia Militar circulando pelos arredores da praça central, na entrada do Hospital Ana Moreira Salles,



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

realizando controle de entrada e atuando nos demais locais solicitados pela contratante.

Os profissionais deverão estar uniformizados, com identificação de nome visível, possuir rádios intercomunicadores, os quais serão utilizados de forma estratégica buscando maior agilidade nas ações.

Os serviços da equipe de apoio serão pagos por profissional, em forma de diárias (12 horas), devendo os trabalhadores trabalhar por turno de revezamento, através de escala da empresa contratada, respeitando sempre a legislação trabalhista. OS profissionais deverão estar uniformizados com a logomarca da empresa e com o nome e função em local visível.

Todas as despesas dos trabalhadores (alimentação, encargos trabalhistas, entre outros) serão de responsabilidade da empresa contratada, não tendo o(s) mesmo(s) vinculo empregatício nenhum com a Prefeitura de Cambuí.

A empresa deverá colocar em sua proposta comercial nome completo, endereço e telefone celular, do profissional da empresa contratada que será o <u>encarregado</u> do pessoal que prestará os serviços.

Nos preços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos inerentes a plena prestação de serviço.

Todas as dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessário serão realizadas pela Secretaria de Governo e Cultura.

Carlos Eduardo da Silva Secretário de Governo e Cultura



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO II

Empregador Pessoa Jurídica

PROCESSO LICITATÓRIO N. º 386/2022 PREGÃO PRESENCIAL N. º 047/2022

_					, inscrito	no C	NPJ
nº	, por i	ntermédio de	seu rep	resentant	te legal o(a) Sr.	(a)
		, port	cador(a)	da Cart	eira de I	dentid	ade
n ^o	e do C	PF nº				DECLA	RA,
para fins do disposto	no inciso V do a	rt. 27 da Le	i nº8.666	5, de 21	de junho	de 19	93,
acrescido pela Lei N ^o	9.854, de 27 de	e outubro de	1999, c	que não	emprega	menor	de
dezoito anos em tra	balho noturno, p	erigoso ou i	nsalubre	e não e	emprega	menor	de
dezesseis anos.							
Ressalva: emprega m	enor, a partir de q	uatorze anos	, na conc	lição de a	aprendiz ().	
			_				
(data)							
(_				
(representante legal)							
(Observação: em caso	afirmativo, assin	alar a ressalv	a acima)				



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PROCESSO LICITATÓRIO N. º 386/2022 PREGÃO PRESENCIAL N. º 047/2022

A empresa, insci	rita
no CNPJ sob o Nº, através de seu(s	ua)
representante legal Sr. (a), declara sob as per	nas
la lei, que até a presente data inexiste fato superveniente impeditivo para s	sua
nabilitação no processo licitatório em epígrafe e que esta ciente da obrigatoriedade	em
leclarar ocorrências posteriores. Declara também que cumpre plenamente todos	os
equisitos para habilitação.	
Por ser verdade firmo o presente.	
	
Nome:	
CPF:	
RG:	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PROCESSO LICITATÓRIO N. º 386/2022 PREGÃO PRESENCIAL N. º 047/2022

Razao Sociai:						
CNPJ:						
Endereço:						
Telefone: ()			Fax: (()		
Banco:	Agência:		Co	onta Corrente:		
Dados do prej	oosto autorizado a	firma	ar o contra	ato de forneci	mento:	
Nome Completo	o:					
CPF:	RG:			Estado Civ	il:	
Nacionalidade:			Profissão:			
Instrumento qu	ie lhe outorga podere	es:				
DESCRIÇ	ÃO DO SERVIÇOS		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	A EQUIPE DE APOIO NINO), CONFORME TER	RMO	DIÁRIA	5.000		
Prazo para atender a OF:		Va	lidade da propo	osta dia	S	
Cambuí,	de de 20)22.				
Representante	Legal					
Sr.(a)						
CPF						
RG				Carimbo d	o CNPJ	



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

A
licitante
cadastrada no CNPJ sob o Nº
declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos para
configuração como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123/2006.
,de de 2022.
Nome da Empresa:
Representante legal:
Cargo:
Assinatura:



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VI MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 386/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. /2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Cambuí - MG, com sede administrativa localizada na Praça Coronel Justiniano Nº 164 - Centro - Cambuí - Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tales Tadeu Tavares.

GESTOR DA ATA: Fica designado como gestor da presente ata o servidor municipal Sr. XXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o Nº. XXXXXXXXXXXX.

DETENTORA: A empresa sediada á – Estado de , inscrita no CNPJ/MF sob o n^o , neste ato representada por , portador da Carteira de Identidade n^o e CPF n^o , com poderes para representar a empresa nos termos do .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços visando a disponibilização de equipe de apoio, para eventos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR ESTIMADO

A presente ata está estimada em R\$

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS INTERESSADOS



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

A presente ata de registro de preço tem como órgão central a Prefeitura Municipal de Cambuí e, atenderá a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE

A presente ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO

O foro para dirimir questões relativas à presente Ata de Registro de Preços será o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Cambuí, de de 2022.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMBUÍ

TALES TADEU TAVARES

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor da ata

CNPJ n°

Sr. (a)

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

Aos dias do mês de do ano de 2022, a Prefeitura de Cambuí com sede à Praça Coronel Justiniano Nº. 164 - Centro - Cambuí - Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.975/0001-85, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Tales Tadeu Tavares, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa ---, inscrita no CNPJ sob o No. , com sede a , com poderes para representar a , neste ato representada pelo empresa nos termos do Contrato Social, doravante denominada simplesmente DETENTORA, tem entre si justo e avençado, e celebram a presente Ata de Registro de Preços, observando às normas preconizadas na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08/08/2000, e suas alterações, no Decreto Municipal Nº 093/2006, de 05 de julho de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e no que consta no Processo Licitatório Nº 386/2022, Pregão Presencial Nº 047/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio a eventos municipais, em estrita conformidade com a ata de julgamento da Comissão de Licitação e proposta comercial apresentada pela DETENTORA.

O instrumento editalício do processo licitatório supra citado, seus anexos e proposta comercial apresentada, são partes integrantes do presente Instrumento de Contrato, como se aqui transcritos estivessem.

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Para garantir o fiel cumprimento do objeto do presente Contrato, o MUNICIPIO se obriga a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula Sétima do presente Instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas;
- b) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Instrumento, e normas técnicas pertinentes, devendo anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- c) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre a falta e falhas observadas no cumprimento da obrigação ora ajustada;
- d) Emitir a devida ordem de serviço para que se inicie a execução do objeto.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 1. Prestar os serviços em estrita conformidade com a legislação vigente, atendendo as determinações da Secretaria de Governo, durante a execução dos serviços.
- 2. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- 3. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com pessoal, envolvidas na execução do presente contrato, que não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 4. Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens da Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

- 5. Arcar com todas as despesas resultantes de sentenças judiciais e honorários advocatícios que a Prefeitura for condenada a indenizar visando futura contratação.
- 6. Comparecer à sede do contratante, sempre que solicitado, por meio do preposto, no prazo de 24 (vinte quatro) horas da convocação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados.
- 7. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.
- 8. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante;
- 9. Indicar à Prefeitura Municipal de Cambuí, preposto com competência para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
- 10. Trabalhar com pessoal, treinado e qualificado, devidamente uniformizado e com rádios comunicadores.

Cláusula Quarta - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A CONTRATANTE ou seu representante legal inspecionará a execução dos serviços.

Poderá a CONTRATANTE, solicitar a substituição de quaisquer trabalhadores que não estejam prestando os serviços adequadamente.

Cláusula Quinta - DO PREÇO



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Pelo prestação de serviços do objeto previsto na Cláusula Primeira deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global estimada em R\$ (), sendo que o valor de R\$ (), considerando o preço global da Proposta Comercial do Processo Licitatório em epígrafe.

Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO

- O pagamento somente será efetuado pela CONTRATANTE mediante a apresentação das Notas Fiscais/ Faturas, pela prestação de serviços ora ajustada e devidamente atestadas pelo responsável da unidade recebedora dos mesmos, através de cheque nominal à CONTRATADA, observado em todos os casos o disposto neste item;
- 2. A CONTRATANTE disporá de um prazo de 03 (três) dias úteis para efetuar o atesto ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;
- A CONTRATANTE disporá de um prazo de 02 (dois) dias contados do atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura para efetuar o pagamento, ressalva a disposição do item 1 desta Cláusula;
- 4. Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias do término dos serviços.

Cláusula Sétima - DA DESPESA

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados na lei orçamentária específica do presente exercício, segundo a Dotação Orçamentária Nº. 133920010 4.119 Manutenção das Festas Cívicas e Eventos Municipais 3390 39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Cláusula Oitava - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no artigo 49 da Lei 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, pelo não-cumprimento das obrigações assumidas em razão deste Contrato.

Cláusula Nona - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de início deste Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, para vigorar até XX de XXXXXX de 202X, ressalvadas neste caso, a aplicação de multas decorrentes do atraso injustificado na entrega do serviço, além das outras penalidades constantes deste Instrumento.

Cláusula Décima - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí, Estado de Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cambuí, aos dias do mês de do ano de 2022.

TALES TADEU TAVARES

Prefeito



Estado de Minas Gerais Administração 2021/2024

CARLOS EDUARDO DA SILVA

Secretário de Governo e Cultura

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2		
Ass:	Ass:		
Nome:	Nome:		
CPF:	CPF:		